



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

THAYNARA DO NASCIMENTO CLEMENTINO

GUIA INFORMATIVO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA
PROFESSORES

João Pessoa
2024

THAYNARA DO NASCIMENTO CLEMENTINO

GUIA INFORMATIVO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA
PROFESSORES

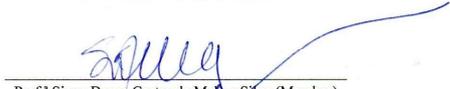
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Thereza Sophia Jácome

Aprovado em: 17/10/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Prof.ª Dra. Thereza Sophia Jácome (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba


Prof.ª Signe Dayse Castro de Melo Silva (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C626g Clementino, Thaynara do Nascimento.
Guia informativo sobre adaptação curricular para
professores / Thaynara do Nascimento Clementino. - João
Pessoa, 2024.
26 f. : il.

Orientação: Thereza Sophia Jácome.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Adaptação curricular. 2. Transtornos do
neurodesenvolvimento. 3. Educação inclusiva. 4.
Psicopedagogia. 5. Design instrucional. I. Jácome,
Thereza Sophia. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.016 (043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso, categorizado como artístico-cultural, tem como objetivo a criação de um Guia Informativo sobre Adaptação Curricular para auxiliar professores na implementação de adaptações adequadas às necessidades de alunos com Transtornos do Neurodesenvolvimento, como TDAH, Dislexia, Deficiência Intelectual, entre outros. A partir da aplicação do modelo ADDIE de Design Instrucional, foram desenvolvidas estratégias pedagógicas para promover a inclusão escolar, garantindo que os direitos assegurados na legislação brasileira sejam cumpridos. O guia, elaborado com base em uma pesquisa de campo com 65 professores, oferece informações teóricas e recomendações práticas para lidar com os transtornos que interferem diretamente na aprendizagem e são mais frequentes no cotidiano dos professores. O material foi disponibilizado em formato PDF para *download* gratuito, a fim de ampliar seu alcance e facilitar o acesso dos professores a informações essenciais para a prática inclusiva.

Palavras-chave: Adaptação Curricular; Transtornos do Neurodesenvolvimento; Educação Inclusiva; Psicopedagogia; Design Instrucional.

ABSTRACT

This Final Graduation Project, categorized as an artistic-cultural work, aims to create an Informative Guide on Curriculum Adaptation to assist teachers in implementing suitable adaptations for students with Neurodevelopmental Disorders such as ADHD, Dyslexia, Intellectual Disabilities, among others. Through the application of the ADDIE Instructional Design model, pedagogical strategies were developed to promote school inclusion, ensuring that the rights guaranteed by Brazilian legislation are fulfilled. The guide, developed based on a field study involving 65 teachers, provides theoretical information and practical recommendations to address the disorders that directly interfere with learning and are most frequently encountered by teachers in their daily routines. The material was made available in PDF format for free download, aiming to expand its reach and facilitate teachers' access to essential information for inclusive practices.

Keywords: Curriculum Adaptation; Neurodevelopmental Disorders; Inclusive Education; Psychopedagogy; Instructional Design.

1. INTRODUÇÃO

A universalização da Educação tem sido um tema inesgotável e, ao longo do tempo, vêm sendo discutido através de diferentes políticas de inclusão que visam garantir a equiparação de oportunidades para todos os indivíduos, inclusive para aqueles que, devido à condições raciais, culturais, econômicas, físicas ou intelectuais, foram excluídos ou colocados à margem da sociedade em geral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante a obrigatoriedade, a gratuidade e os demais direitos dos alunos que possuem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Dessa forma, os sistemas de ensino devem assegurar a esses alunos currículos, métodos, técnicas e recursos educacionais específicos para suas necessidades.

Com isso, a LDB também estabelece que os professores do ensino regular sejam capacitados para a integração de educandos com Necessidades Educacionais Específicas nas classes regulares, considerando a necessidade de adaptação de atividades e avaliações, para que cada estudante possa receber assistência de acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Em concordância, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em seu documento, cita a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica. A mesma define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular uma formação docente voltada para a atenção à diversidade, no que diz respeito a promoção da igualdade de oportunidades, para a viabilização de ambientes de aprendizagem acessíveis e acolhedores para todos os alunos, promovendo, assim, a inclusão.

No entanto, de acordo com Soares e Soares (2021), apesar dessas e outras garantias estarem previstas há bastante tempo, percebe-se que os professores ainda apresentam diversas dificuldades decorrentes de concepções equivocadas, falta de recursos ou infraestrutura nas escolas e déficit na formação inicial docente, que atrapalham a concretização dessas preconizações.

Nesse contexto, surgiu o seguinte questionamento: como facilitar o acesso dos professores a informações e estratégias sobre adaptação curricular e os principais Transtornos

do Neurodesenvolvimento que causam dificuldades na aprendizagem, para favorecer a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas em classes regulares?

Tendo em vista que a não realização ou a realização inadequada de adaptações curriculares vão contra condições estabelecidas na legislação brasileira, afetando também a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento do aluno, para elucidar a questão norteadora deste trabalho, optou-se pelo design instrucional de um artefato de aprendizagem como recurso psicopedagógico interventivo facilitador para a prática de adaptações curriculares dos docentes.

Sendo assim, caracteriza-se como objetivo geral deste trabalho produzir um artefato de aprendizagem sobre adaptação curricular para auxiliar professores em suas práticas com os principais Transtornos do Neurodesenvolvimento que causam dificuldades na aprendizagem em classes regulares.

Como objetivos específicos foram definidos: (1) planejar e executar o Design Instrucional do artefato de aprendizagem; (2) descrever os principais Transtornos do Neurodesenvolvimento que causam dificuldades na aprendizagem; (3) caracterizar os tipos de adaptações curriculares; (4) especificar estratégias de adaptação curricular; e (5) disponibilizar o recurso gratuitamente na internet, em formato PDF, para download e impressão.

2. ADAPTAÇÃO CURRICULAR

O currículo aponta quais conteúdos devem ser ensinados e a ordem em que devem ser aprendidos, à medida que eles se relacionam entre si (FILATRO, 2018). Diante disso, realizar atividades sobre os conteúdos estudados proporciona aos alunos a oportunidade de exercitar e praticar o que é visto em sala de aula, permitindo que dúvidas sejam identificadas e sanadas, dessa forma, contribuindo para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando que cada aluno aprende de acordo com suas especificidades e que alguns, devido a transtornos ou deficiências, podem apresentar mais dificuldades do que outros, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), assegura o direito da pessoa com deficiência a um sistema educacional inclusivo, garantindo o acesso à adaptação curricular e

atendimento educacional especializado, bem como recursos e serviços de acessibilidade e tecnologia assistiva.

Além disso, alunos com necessidades educacionais específicas devem ter um Plano Educacional Individualizado (PEI), quando se fizer necessário, com a finalidade de nortear as ações de ensino do professor e das atividades escolares do aluno.

O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (2000a), definem as adaptações curriculares como respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos. Podendo ser divididas em dois grupos: Adaptações Curriculares de Grande Porte e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte.

As Adaptações Curriculares de Grande Porte dizem respeito às ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2000a). Enquanto as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte se referem às modificações menores, de competência específica do professor (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2000b).

Dessa forma, entende-se que propor um ambiente acadêmico inclusivo requer a participação de todos que fazem parte do sistema educacional, integrando professores, equipe gestora, funcionários, família, governo, políticas públicas e, quando possível e a depender da demanda, equipe multidisciplinar (psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, etc.). Além disso, a sala de aula regular é o espaço preferível para que alunos com deficiência possam aprender, interagir e se desenvolver como indivíduo social, contribuindo também para que alunos sem deficiência desenvolvam habilidades para lidar e aprender com as diferenças, tornando-se crianças mais sensíveis e tolerantes.

3. TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª Edição - Texto Revisado (APA, 2023), define os Transtornos do Neurodesenvolvimento como um grupo de condições que se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral, antes da criança ingressar na escola. Sendo estes caracterizados por déficits no desenvolvimento ou diferenças nos

processos cerebrais, o que acarreta prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional.

Dentre os Transtornos do Neurodesenvolvimento estão o Transtorno Específico da Aprendizagem, o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e o Transtorno do Espectro Autista, descritos a seguir:

3.1. TRANSTORNO ESPECÍFICO DA APRENDIZAGEM

Rotta (2016) define os transtornos específicos da aprendizagem como uma incapacidade específica que acarreta resultados significativamente abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual do indivíduo.

Os critérios diagnósticos descritos pelo DSM-5-TR, incluem:

- A. Dificuldades na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas que, mesmo com intervenções dirigidas a essas dificuldades, tenha persistido por pelo menos 6 meses.
- B. As habilidades acadêmicas afetadas estão substancial e quantitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo.
- C. As dificuldades de aprendizagem iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo.
- D. As dificuldades de aprendizagem não podem ser explicadas por deficiências intelectuais, acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos, adversidade psicossocial, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou instrução educacional inadequada (APA, 2023).

Especificando prejuízos na:

- **Leitura (*Dislexia*)** - Precisão na leitura de palavras, velocidade ou fluência da leitura e compreensão da leitura.
- **Expressão escrita (*Disortografia*)** - Precisão na ortografia, precisão na gramática e na pontuação e clareza ou organização da expressão escrita.
- **Matemática (*Discalculia*)** - Senso numérico, memorização de fatos aritméticos, precisão ou fluência de cálculos e precisão no raciocínio matemático.

O Transtorno Específico da Aprendizagem pode ter consequências funcionais negativas ao longo da vida, incluindo baixo desempenho acadêmico, sofrimento psicológico, aumento das chances de evasão escolar e de desemprego/subemprego. Além disso, um mesmo indivíduo pode apresentar prejuízos em apenas uma área ou em mais de uma ao mesmo tempo, assim como também apresentar os demais transtornos do neurodesenvolvimento, transtornos mentais ou alterações comportamentais.

3.2. TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, também conhecido como Deficiência Intelectual, é definido pelo DSM-5-TR (APA, 2023) como manifestações desde o início do período de desenvolvimento que incluem déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático.

São descritos três critérios diagnósticos:

- A. Déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e pela experiência.
- B. Déficits em funções adaptativas que resultam em falha em atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social.
- C. Início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período de desenvolvimento (APA, 2023).

Os níveis de gravidade da Deficiência Intelectual descritos pelo manual são: leve, moderado, grave e profundo. Podem apresentar-se como comorbidade à deficiência intelectual os diferentes tipos de transtorno específico da aprendizagem, assim como os demais transtornos do neurodesenvolvimento, outros transtornos mentais ou alterações comportamentais.

3.3. TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE

Rotta (2016) define o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) como uma síndrome neurocomportamental com sintomas classificados em três categorias: desatenção, hiperatividade e impulsividade.

De acordo com o DSM-5-TR (APA, 2023), para obter o diagnóstico de TDAH é necessário um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, que interferem no funcionamento e no desenvolvimento social, acadêmico ou ocupacional, determinadas em três tipos de apresentação:

- **Apresentação combinada** - Se, nos últimos 6 meses, tanto os critérios de desatenção quanto os critérios de hiperatividade-impulsividade são preenchidos.
- **Apresentação predominantemente desatenta** - Se, nos últimos 6 meses, os critérios de desatenção são preenchidos, mas os critérios de hiperatividade-impulsividade não são preenchidos.
- **Apresentação predominantemente hiperativa/impulsiva** - Se, nos últimos 6 meses, os critérios de hiperatividade-impulsividade são preenchidos, mas os critérios de desatenção não são preenchidos.

Quanto à gravidade, o DSM-5-TR distingue os quadros em: leves (poucos sintomas presentes, além daqueles necessários para fazer o diagnóstico), moderados (sintomas ou prejuízo funcional entre “leve” e “grave”) e graves (muitos sintomas presentes, além daqueles necessários para fazer o diagnóstico, podendo resultar em prejuízo acentuado no funcionamento social ou profissional).

3.4. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta prejuízos persistentes desde o início da infância, que limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo em aspectos de comunicação e interação social recíproca e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Muitos indivíduos com TEA também apresentam comprometimento intelectual e/ou da linguagem (APA, 2023).

Os critérios diagnósticos descritos pelo DSM-5-TR são:

- A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos.
- B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.
- C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento.
- D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.
- E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por transtorno do desenvolvimento intelectual ou por atraso global do desenvolvimento (APA, 2023).

Podendo ser dividido em três níveis de gravidade, com base em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos: Nível 1 - “Exigindo apoio”, Nível 2 - “Exigindo apoio substancial” e Nível 3 - “Exigindo apoio muito substancial”.

Indivíduos que apresentam o TEA estão frequentemente associados com outros transtornos, como Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e Transtorno da Linguagem, Transtorno Específico da Aprendizagem, Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Oposição Desafiante (TOD), comorbidades psiquiátricas, etc.

4. DESIGN INSTRUCIONAL

Filatro (2008) define o Design Instrucional (DI) como a ação intencional e sistemática de ensino que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de promover a aprendizagem.

Segundo Filatro (2008) e Filatro e Cairo (2015), o processo de Design Instrucional mais comum é o *Instructional System Design* (ISD), que se baseia na ideia de distribuir o desenvolvimento das ações educacionais nas fases de análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação:

- **Análise** - consiste em compreender o problema educacional e projetar soluções. Isso é feito ao (1) identificar as necessidades de aprendizagem; (2) caracterizar o público-alvo; e (3) levantar as potencialidades e restrições institucionais, considerando o contexto de produção e utilização do projeto. Quanto mais bem compreendidas forem

as necessidades educacionais na fase de análise, maior será a probabilidade de prover uma solução adequada.

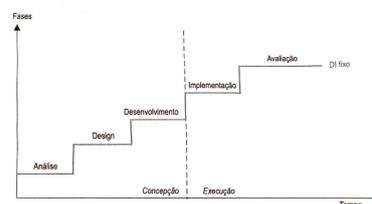
- **Design** - abrange a realização de planejamento, mapeamento e sequenciação de conteúdos, bem como definição de estratégias, atividades, materiais, mídias e ferramentas que favoreçam o alcance dos objetivos de aprendizagem traçados.
- **Desenvolvimento** - consiste em reunir os elementos didáticos que precisam ser criados, adaptados ou selecionados, para cada unidade de estudo anteriormente planejada.
- **Implementação** - consiste em disponibilizar as unidades de aprendizagem aos alunos, para que interajam com os conteúdos produzidos.
- **Avaliação** - avalia-se a qualidade da solução educacional produzida e a aprendizagem dos alunos. A avaliação de qualidade do produto pode ocorrer com base em verificação multidimensional, seguindo critérios tecnocientíficos, pedagógicos, comunicacionais, tecnológicos e organizacionais. A avaliação da aprendizagem pode ocorrer através de avaliação diagnóstica, avaliação somativa e avaliação formativa.

Essa distribuição de fases também é conhecida como Modelo ADDIE (abreviação em inglês das fases *analysis, design, development, implementation and evaluation*).

O Design Instrucional se divide em fixo, aberto ou contextualizado. Independente do tipo de DI adotado, de acordo com Filatro e Cairo (2015), o processo de produção de conteúdo educacional tradicionalmente contará com as cinco fases do modelo ADDIE, apenas apresentando variações na duração e organização de cada etapa.

O DI fixo ajusta-se bem ao modelo ADDIE, que, na situação didática, baseia-se na separação entre as fases de concepção (análise, design e desenvolvimento) e execução (implementação e avaliação). Nesse caso, o trabalho constitui-se na elaboração e distribuição de produtos fechados. Dessa forma, em muitas ocasiões, a interação do aluno é diretamente com os conteúdos, dispensando a participação de um educador (professor, tutor, mentor) durante a execução (FILATRO; CAIRO, 2015).

Figura 1 - Fases do processo de Design Instrucional Fixo.

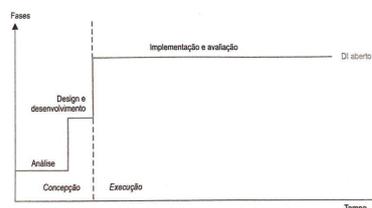


Fonte: FILATRO (2008).

Enquanto no DI aberto,

a ênfase está na interação entre educadores e alunos individuais ou reunidos em grupos, e a interação social é, na verdade, essencial para o alcance dos objetivos educacionais. Os materiais são disponibilizados paulatinamente, como resultado da avaliação contínua durante a execução, e as fases de design e desenvolvimento são mais rápidas e menos detalhadas (FILATRO, 2008).

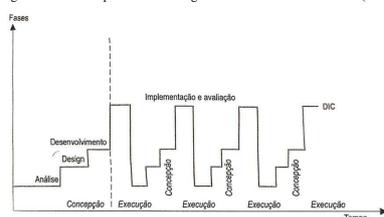
Figura 2 - Fases do processo de Design Instrucional Aberto.



Fonte: FILATRO (2008).

Já o DI contextualizado, segundo Filatro (2008), baseia-se principalmente no modelo de aprendizado eletrônico imersivo. Inicialmente, é estruturado um conjunto de atividades independentes e, a partir de uma concepção inicial, os processos de design instrucional se repetem recursivamente ao longo da execução.

Figura 3 - Fases do processo de Design Instrucional Contextualizado (DIC).



Fonte: FILATRO (2008).

5. MÉTODO

Tendo em vista que o projeto consiste na construção de um artefato de aprendizagem que visa solucionar uma demanda presente nas instituições de ensino, analisada sob uma ótica psicopedagógica, este trabalho configura-se como uma produção artístico-cultural.

Para a elaboração do recurso, optou-se pelo formato de cartilha, devido a sua praticidade, que permite ao leitor acesso a informações específicas de forma rápida, dependendo de suas necessidades durante o processo de adaptação de atividades no cotidiano, podendo ser utilizado de forma digital ou impressa.

Considerando que os professores devem ter contato direto com o conteúdo, dispensando a participação de um educador em seu manuseio, o Design Instrucional Fixo foi o modelo escolhido. Dessa forma, o projeto cumpriu com as etapas de concepção (análise, design e desenvolvimento) e execução (implementação e avaliação), conforme o Modelo ADDIE.

- **Análise**

Para a análise, foi realizado um estudo de campo qualitativo de natureza aplicada, transversal e descritiva, baseado em uma amostragem por conveniência, que permitiu a

realização do mapeamento das necessidades de aprendizagem e a recomendação de soluções educacionais personalizadas ao público-alvo em questão.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, composto por 25 questões, das quais 20 eram fechadas e 5 abertas, que abordaram a caracterização sociodemográfica e as vivências dos profissionais na área da educação. O questionário foi aplicado por meio da ferramenta gratuita Google Forms, a partir da disponibilização do link de acesso pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, para ser respondido virtualmente pelos participantes.

Participaram da pesquisa 65 professores, de ambos os sexos, com experiências em turmas de Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em escolas públicas e privadas localizadas no estado da Paraíba.

O questionário seguiu a Resolução CNS nº 466/2012, que regulamenta as pesquisas envolvendo os seres humanos, e a Resolução CNS nº 510/2016, que regulamenta as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, do Comitê de Ética em Pesquisa.

- **Design**

Com base nas informações coletadas na etapa de análise, foi elaborada a matriz de planejamento (definição do escopo, prazos, capítulos, objetivos e recursos utilizados).

- **Desenvolvimento**

Para a curadoria do conteúdo do objeto de aprendizagem, foi realizada uma revisão do estado do conhecimento sobre as temáticas que fundamentam o trabalho: Adaptação Curricular e os Transtornos do Neurodesenvolvimento.

- **Implementação**

Para o armazenamento do guia informativo foi utilizada a plataforma Google Drive, sendo o compartilhamento realizado por meio de um link de acesso e QR Code.

- **Avaliação**

Após a finalização da produção da cartilha, uma nova pesquisa de campo, também de natureza aplicada, transversal e descritiva, foi aplicada a fim de avaliar a qualidade do

produto. Para isto, foi elaborado um novo questionário, também utilizando o Google Forms, que consistiu em um checklist sobre características gerais do conteúdo e do produto.

Na avaliação, assim como na fase de análise, os questionários seguiram a Resolução CNS nº 466/2012 e a Resolução CNS nº 510/2016 do Comitê de Ética em Pesquisa.

6. RESULTADOS

• Análise

O mapeamento das necessidades de aprendizagem e o perfil do público-alvo foram obtidos por meio do primeiro questionário aplicado. O questionário foi respondido por 65 professores, dos quais 72,3% se declararam como sendo do sexo feminino e 27,7% do sexo masculino. A maioria dos participantes tinham idade entre 30 e 49 anos (56,9%). A Tabela 1 mostra a distribuição de frequência absoluta, considerando a faixa etária dos professores.

Tabela 1 – Distribuição da frequência (n) de faixa etária dos professores.

Faixa Etária	n
20 a 29 anos	10
30 a 39 anos	18
40 a 49 anos	19
50 a 59 anos	13
60 a 69 anos	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os níveis de escolaridade, cuja frequência de resposta dos professores pode ser conferida na Tabela 2, a maioria indicou o nível de especialização (44,6%), seguidos dos participantes com nível superior completo (30,8%).

Tabela 2 – Distribuição da frequência (n) de nível de escolaridade dos professores.

Nível de Escolaridade	n
Ensino Superior	20
Pós-graduação (<i>Lato sensu</i> , especialização)	29
Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i> , nível mestrado)	13
Pós-graduação (<i>Stricto sensu</i> , nível doutor)	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando a possibilidade de apresentar mais de uma opção, os professores mencionaram 16 diferentes áreas de formação, sendo Pedagogia (39,4%) a mais citada. As demais incluem Ciências Biológicas, Matemática, Letras/Língua Portuguesa, Educação Física, Filosofia, Psicopedagogia, Geografia, Física, Educação Especial, Letras/Língua Espanhola, Letras/Língua Inglesa, Dança, Química, História e Artes Visuais.

A maioria relatou ter experiência profissional em instituições públicas e privadas (49,2%), enquanto os demais relataram experiência apenas em instituições públicas (16,9%) ou privadas (13,8%). Do total, 63% dos participantes indicaram renda familiar de 2 a 5 salários mínimos.

Sobre suas cargas horárias de trabalho atuais, a maioria dos participantes as considera excessivas (63,1%), concordando que uma carga horária excessiva pode prejudicar o planejamento (92,3%) e a realização (83,2%) de adaptações curriculares efetivas.

Observou-se que a maior frequência de respostas sobre tempo de atuação dos professores participantes da pesquisa varia entre 6 e 25 anos (70,8%). E, durante suas experiências em sala de aula, 72,3% já tiveram a oportunidade de trabalhar realizando adaptações curriculares para alunos com Deficiência Intelectual (DI), 96,9% para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), 93,8% para alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), 69,2% para alunos com Dislexia, 49,2% para alunos com Disgrafia e 44,9% para alunos com Discalculia, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Percentual de professores com experiência em sala de aula realizando adaptações curriculares por Transtorno do Neurodesenvolvimento.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, mesmo com tantos anos de experiência e seus históricos de escolaridade, 66,2% dos professores não se sentem preparados para atuarem com estudantes com necessidades educacionais específicas. 67,7% afirmam que em suas formações iniciais (graduações) não haviam disciplinas obrigatórias sobre Educação Inclusiva e/ou Adaptação Curricular, e 93,8% consideram que suas formações iniciais não foram suficientes para prepará-los para a realidade diária de uma escola.

60% dos entrevistados informaram já terem realizado alguma formação/capacitação continuada para melhorar suas práticas relacionadas à Adaptação Curricular em sala de aula. Informação destoante, tendo em vista que 58,5% ainda não se sentem capacitados para realizar tal atividade. Em contrapartida, 50,8% afirmaram que, ao realizarem adaptações curriculares, precisam do auxílio de outros profissionais com mais familiaridade com as adaptações.

Assim, as informações sobre experiência e formação dos entrevistados evidenciam a ideia de Franco e Gomes (2020) sobre o distanciamento entre os postulados políticos que asseguram os direitos de alunos com necessidades educacionais específicas e a realidade de nossas instituições escolares. Sugerindo um déficit na formação docente voltada para a

atenção à diversidade, como indicado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, estabelecida na Resolução CNE/CP nº 1/2002.

As principais dificuldades para realização de Adaptações Curriculares relatadas pelos professores foram: compreender e atender as especificidades de cada transtornos, falta de recursos/estratégias, encontrar orientações/capacitar-se para realização de adaptações, adaptar adequadamente o currículo, falta de apoio/suporte de outros profissionais/equipe pedagógica, condições/ambiente escolar, manter os conteúdos programáticos sem perdas/retrocessos, a permanência dos alunos na escola e falta de experiência. A Tabela 3 mostra a frequência em que os tópicos foram abordados pelos profissionais.

Tabela 3 – Distribuição da frequência (n) de nível de escolaridade dos professores.

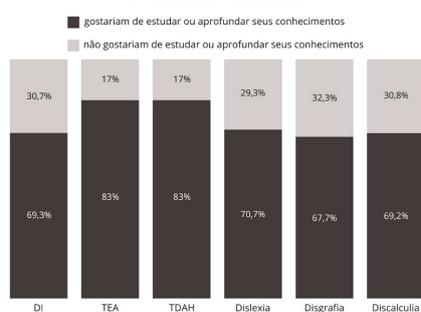
O que você considera mais difícil em uma Adaptação Curricular?	n
Acúmulo de demandas/Falta de tempo	10
Compreender e atender as especificidades de cada transtornos	21
Falta de apoio/suporte de outros profissionais/equipe pedagógica	7
Manter os conteúdos programáticos sem perdas/retrocessos	4
Falta de recursos/estratégias	17
Condições/ambiente escolar	6
Encontrar orientações/capacitar-se para realização de adaptações	14
Adaptar adequadamente o currículo	9
A permanência dos alunos na escola	2
Falta de experiência	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

96,9% dos participantes demonstraram interesse por um material que trate sobre o tema Adaptação Curricular, abordando os Transtornos do Neurodesenvolvimento. 92,3% indicaram que teriam facilidade em realizar o download e manuseio de um material

disponibilizado gratuitamente em formato PDF. E a maioria dos professores afirmaram que gostariam de estudar ou aprofundar seus conhecimentos sobre TEA (83%), TDAH (83%), Dislexia (70,7%), DI (69,3%), Disgrafia (67,7%) e Discalculia (69,2%), como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Percentual interesse dos professores em estudar ou aprofundar seus conhecimentos sobre Transtorno do Neurodesenvolvimento citados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

• Design

Na etapa de Design, foi elaborada a matriz de planejamento que consistiu na definição do escopo, prazos, capítulos, objetivos e recursos utilizados, as quais podem ser conferidas na Tabela 4.

Tabela 4 - Matriz de planejamento do projeto.

MATRIZ DE PLANEJAMENTO	
Título	Guia Informativo: Adaptação Curricular para Professores.
Versão	1.

Tipo de Objeto de Aprendizagem	Cartilha.
Área de Conhecimento	Educação.
Público-Alvo	Professores e profissionais da área da educação relacionados com as práticas de Adaptação Curricular.
Objetivo Educacional que se Deseja Atingir	Compreender os Transtornos do Neurodesenvolvimento que afetam diretamente a aprendizagem e as adaptações curriculares, seus tipos, os envolvidos no processo durante a prática cotidiana nas salas de aula regulares e suas aplicabilidades.
Justificativa Pedagógica para o Desenvolvimento	A não realização ou a realização inadequada de adaptações curriculares vão contra as condições estabelecidas na legislação brasileira, afetando a aprendizagem e, consequentemente, o desenvolvimento do aluno.
Conhecimento Prévio Necessário	Geral: Conhecimentos Pedagógicos. Tecnológicos: Noções básicas de manuseio e visualização de arquivos em formato PDF.
Condições de Acessibilidade	Cartilha digital, disponibilizada em formato PDF, facilmente suscetível ao compartilhamento em qualquer meio de comunicação digital ou impressão.
Solução ou Resultados Esperados	Promover informações e recursos para auxiliar professores em suas práticas de adaptação curricular, para a garantia da inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em salas de aula regulares.
Guia de Estudo	<p>Apresentação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivos: Compreender a cartilha, seus objetivos e justificativa. Conteúdos: Texto de apresentação. <p>Capítulo 1 - Conhecendo os Transtornos do Neurodesenvolvimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivos: Compreender o Transtorno Específico da Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista, identificar seus sintomas e suas implicações no desempenho acadêmico do aluno. Conteúdos: Definição dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, suas características e sintomas: Transtorno Específico da Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Deficiência Intelectual

	e Transtorno do Espectro Autista.
	<p>Capítulo 2 - Adaptar para Incluir.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos: Compreender as adaptações curriculares, seus tipos e os envolvidos no processo durante a prática cotidiana nas salas de aula regulares, além de estratégias e recursos para potencializar suas aplicações, dependendo das necessidades educacionais específicas de cada aluno. • Conteúdos: Definição de Adaptação Curricular, diferenciação entre adaptações de grande e pequeno porte, profissionais relacionados com a prática de adaptações curriculares, e exemplos de estratégias e recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

• Desenvolvimento

A coleta de informações, realizada através da pesquisa bibliográfica, possibilitou a curadoria dos materiais que serviram para compor o texto-base do objeto de aprendizagem. Este que, posteriormente, foi redigido, revisado e integrado a elementos visuais utilizando as ferramentas do editor Adobe Illustrator.

Os elementos visuais que compõem a cartilha seguiram uma paleta de cores pré-determinada para padronização. As ilustrações e elementos gráficos foram de autoria própria ou retirados de referência bibliográficas e do banco de imagens Freepik.

O material elaborado possui as dimensões de um documento A4, sendo composto por 54 páginas contendo considerações sobre os Transtornos do Neurodesenvolvimento, a diferença entre as Dificuldades de Aprendizagem e o Transtorno Específico da Aprendizagem, com suas respectivas manifestações, assim como a Deficiência Intelectual, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e o Transtorno do Espectro Autista.

Procurou-se, também, descrever a Adaptação Curricular, seus tipos e os agentes envolvidos nessa prática para promoção de um ambiente inclusivo e igualitário para todos os alunos inseridos em salas de aula regulares.

Por fim, são apresentados exemplos para auxiliar os professores na prática das adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais específicas, que envolvam o Transtorno Específico da Aprendizagem, a Deficiência Intelectual, o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e o Transtorno do Espectro Autista.

• Implementação

A princípio, o material foi armazenado na plataforma Google Drive e compartilhado por meio de um link de acesso (<https://bit.ly/3YraAon>) e QR code (Figura 4). Para o futuro, espera-se que, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, a cartilha possa ser publicada, alcançando um público maior.

Figura 4 - QR code de acesso para a cartilha.



Fonte: Elaborado pelo autor.

• Avaliação

Após a elaboração da cartilha, a mesma foi disponibilizada para avaliação com um especialista no conteúdo e um especialista em comunicação, que consideraram os conteúdos apresentados precisos, atualizados, consistentes e confiáveis — baseados em bibliografia reconhecida e relatos de experiência significativos. Ambos também concordaram que o resultado representa uma contribuição significativa para auxiliar os professores na prática das adaptações.

Além disso, os conteúdos foram considerados alinhados aos objetivos e planejamento do produto, convidando o aluno à crítica, à reflexão e ao aprofundamento dos temas abordados, transmitindo as informações necessárias em um formato acessível, o que facilitará sua consulta e uso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destaca a importância dos professores compreenderem os Transtornos do Neurodesenvolvimento e suas influências no desenvolvimento cognitivo e acadêmico dos alunos, a fim de propor soluções individualizadas e eficientes para o planejamento e implementação de adaptações curriculares.

Tendo em vista que, se o professor não possuir conhecimento básico sobre as manifestações desses transtornos e não souber identificá-las em seus alunos, seu papel como orientador e mediador do processo de ensino-aprendizagem ficará prejudicado, o que pode comprometer diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

Sendo assim, conclui-se que o objetivo principal deste trabalho, a produção de um artefato de aprendizagem para auxiliar os professores na prática de adaptações curriculares, foi alcançado com êxito, assim como seus objetivos específicos. Espera-se que a cartilha elaborada contribua na ampliação do acesso a informações sobre Adaptação Curricular, Transtornos do Neurodesenvolvimento e Design Instrucional, oferecendo suporte aos professores e facilitando suas práticas de inclusão nas salas de aula.

Como melhorias futuras, considera-se a ampliação do material para incluir outros Transtornos do Neurodesenvolvimento, visando um suporte ainda mais abrangente, assim como a elaboração de recursos específicos para impressão. Por fim, considera-se que o guia, além de contribuir para a prática docente, também servirá de referência para futuros trabalhos acadêmicos de produção de conteúdo educacional, caracterizados como artístico-culturais, dentro e fora do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA - APA. **Manual Estatístico e Diagnóstico dos Transtornos Mentais**. 5. ed. Texto Revisado - DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARBOSA, A. K. G.; BEZERRA, T. M. C. **Educação Inclusiva**: reflexões sobre a escola e a formação docente. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871/4973>. Acesso em: 26 jun 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 mai 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 29 mai 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 29 mai 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 20 mai 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/ acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 20 mai 2024.

FILATRO, A. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

FILATRO, A.; CAIRO, S. **Produção de conteúdos educacionais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FILATRO, A. **Como preparar conteúdos para EAD**: Guia rápido para professores e especialistas em educação a distância, presencial e corporativa. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. **Educação inclusiva para além da Educação Especial: uma revisão parcial das produções nacionais**. Revista de Psicopedagogia, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 194-207, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 mai 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1/2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 29 mai 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Projeto Escola Viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Adaptações Curriculares de Grande Porte**. 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Projeto Escola Viva - garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Adaptações Curriculares de Pequeno Porte**. 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. (Orgs.). **Transtorno da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Armed, 2016.

SILVA, A. C. S.; POLETTO, L. **A formação do professor no contexto da Educação Inclusiva**. Revista Gestão & Tecnologia, v. 1 n. 34, p. 65-83, 2022. Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/105>. Acesso em: 28 mai 2024.

SILVA, M. O. **A convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 107-118, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24604.pdf>. Acesso em: 26 jun 2024.

SOARES, V. D.; SOARES, N. A. **Formação inicial docente x Educação Inclusiva: desafios e possibilidades**. Revista Investigações em Ensino de Ciências, v. 26, n. 2, p. 113-126, 2021. Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2397/pdf>. Acesso em: 28 mai 2024.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>. Acesso em: 29 mai 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico este trabalho aos meus queridos avós, Maria do Nascimento Falcão e José Fernandes Falcão, que já não estão mais conosco, mas seus ensinamentos e valores permanecem vivos em minha memória. À minha mãe, Suely do Nascimento Falcão, e à minha irmã, Nathália do Nascimento Clementino, que foram minha maior fonte de inspiração e força, e sempre me motivaram a seguir em frente e perseguir meus ideais acadêmicos.

Agradeço ao meu namorado, Vinicius Freitas, que esteve ao meu lado desde o início da graduação, oferecendo suporte emocional e ajudando de inúmeras formas, incluindo com as minhas impressões e xerox. Às amigas e companheiras de graduação Raissa Simplicio, Heloisa Lima e Jayanne Alcantara, pelo apoio constante, risadas e suporte nas atividades, tornando essa caminhada mais leve e os momentos mais tranquilos. E aos meus amigos Mateus Morais, Lavinia Morais, Lucas Emanuel, Rayssa Brito e Emanuel Soares por todo o apoio ao longo dessa jornada.

Registro também meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Profª Dra. Thereza Sophia Jácome Pires, pela paciência, dedicação e orientação indispensável durante o desenvolvimento deste trabalho, e à Profª Dra. Signe Dayse Castro de Melo e Silva, pelo apoio e contribuições valiosas durante essa trajetória.

Sou imensamente grata a cada um de vocês por estarem presentes em momentos tão importantes da minha vida.